



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, distribuição e transmissão de energia.  
Na TERMOENERVIA, foram investidos R\$ 14 milhões visando uma melhor eficiência da usina. Destaca-se a modernização do sistema de regulação da temperatura dos by-passes de vapor e as revisões das partes quentes (HGP) da turbina a gás 1, além da modificação das bombas da captação de água. Na linha da inovação com sustentabilidade, em 2013 a Termopernambuco investiu R\$ 4,3 milhões dando continuidade ao desenvolvimento de 14 Projetos de P&D, dentre os quais destacamos o projeto Solução ambiental para derramamentos de óleo lubrificante de sistemas hidráulicos de usinas geradoras de energia e o desenvolvimento de aditivo nanoestruturado anticorrosão para tintas aplicadas em equipamentos e estruturas de termoeletricas localizadas em regiões marítimas. Do ponto de vista financeiro a Termopernambuco realizou, em dezembro, uma captação de recursos de destaque no mercado de capitais. Foram captados R\$ 800 milhões através de uma emissão de debêntures dividida em três séries, com garantia da Neoenergia S.A. A demanda para esse papel foi 50% maior que o volume ofertado e os custos bastante competitivos, o que reafirmou a credibilidade do Grupo perante o mercado. Em 2013 o Ebitda da Companhia foi de R\$ 78,2 milhões e seu lucro foi de R\$ 5,6 milhões.

Ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País, parte integrante de um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Termopernambuco está preparada para prosseguir gerando energia com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

**Marco Geovanne Tobias da Silva**  
Presidente do Conselho de Administração

### 1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O crescimento da economia brasileira em 2013 apresentou uma evolução em relação ao ano de 2012 de 2,3%. Em relação aos principais indicadores econômicos do Brasil, o PIB cresceu abaixo dos países da América Latina e a inflação tem tendência de crescimento. Na região Nordeste, que concentra maior parte dos ativos do Grupo Neoenergia, o ritmo de atividade foi freado devido aos efeitos da seca sobre a renda agrícola e o moderado avanço do setor industrial. Apesar destes fatos, a Região Nordeste ainda deve seguir com um crescimento no PIB acima das outras regiões do Brasil, mantendo a trajetória que ocorreu em 2012. Os índices que influenciam no reajuste das tarifas e custos do setor elétrico são importantes e constantemente monitorados pelo o Grupo Neoenergia. O IPCA sofreu um aumento em 2013 onde o acumulado atingiu 5,91% em comparação com o registrado em 2012 que registrou 5,84%. Por outro lado o IGP-M sofreu uma redução de 2,31 p.p., passando de 7,82% a.a em 2012 para 5,51% a.a. em 2013.

### 2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Termopernambuco S.A. (Termope ou Companhia) é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A. e é oriunda de uma responsabilidade constante do edital de privatização da Companhia Energética de Pernambuco - Celpe, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. Constituída em abril de 2000, teve iniciadas as obras para construção da usina em maio de 2001. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural.  
Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da UTE Termopernambuco, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12/05/2004. Desde essa data a UTE vêm contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.  
Em dezembro de 2013, a Termopernambuco iniciou o processo de aquisição de 58% da Itapebi Geradora de Energia S.A., sua Coligada no Grupo Neoenergia, com a aquisição das ações do BB - Banco de Investimentos S.A. (19%) e da PREVI - Caixa de Previdência do Banco do Brasil (16,4%) e da Iberdrola Energia S.A. (22,6%). O processo foi finalizado em fevereiro de 2014, conforme o fato relevante publicado em 12 de fevereiro de 2014.

### 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia seguem as diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a holding e a unificação de processos, com ganhos de escala. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio dos comitês instalados apenas na holding, todos contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. Ressalta-se que a Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores operacionais da holding também são diretores das Controladas da Neoenergia. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

### 4. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2013 podemos destacar algumas questões importantes que ocorreram no setor elétrico: Medida Provisória 579, alteração na metodologia de cálculo das tarifas de transmissão (TUST), Resolução CNPE 03/13, nível de armazenamento dos reservatórios, e Portaria MME 455/12, e aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão periódica das RAPs das concessionárias de serviço público de transmissão.  
A Medida Provisória 579 foi editada em 11/09/2012 e transformada na Lei 12.783 em 11/01/2013, tendo como objetivos a desoneração dos encargos setoriais e a renovação das concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição, resultando na redução da tarifa de energia elétrica para o consumidor final. Apesar as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação.

As empresas de geração do grupo Neoenergia não foram diretamente afetadas pela MP 579, visto que suas concessões foram outorgadas após a publicação da Lei nº 8.987/95. No entanto, a renovação das concessões das empresas de transmissão proporcionou a redução da tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST do nível tarifário da transmissão, o que representou um ganho para as empresas de geração.  
A Resolução Normativa nº 117/04 estabilizou o valor da TUST dos agentes de geração no período de 01/07/2005 a 30/06/2013, prevendo o seu recálculo a partir de 01/07/2013, quando a ANEEL poderia rever a metodologia de cálculo da TUST. Nesse sentido, a Resolução Normativa nº 559/13 determinou uma alteração na metodologia de cálculo da tarifa de transmissão. Os valores de TUST vigentes a partir de 01/07/2013 foram calculados a partir do valor médio da TUST projetada para os próximos 10 anos, de modo a refletir o custo de ampliação da rede de transmissão. O novo regulamento visa reduzir as incertezas dos agentes em relação a variação anual da TUST ao longo do tempo. A aplicação da nova metodologia, combinada com o recálculo da TUST a partir de 01/07/2013, propiciou uma redução de custos adicional para as empresas de geração da Neoenergia.  
Outra alteração regulatória importante durante o ano de 2013 foi a edição da Resolução nº 3/2013 pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A referida Resolução alterou a forma de rateio do custo dos encargos de Serviço do Sistema - ESS por Segurança Energética, necessários para manutenção da segurança do Sistema Interligado Nacional - SIN em períodos de recessão hidrológica. Nestes períodos, torna-se necessário o acionamento de usinas térmicas em patamares superiores aos estabelecidos pelos estudos energéticos realizados pelo ONS, com o objetivo de evitar a redução acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Tal alteração teve impacto direto sobre as empresas de geração do grupo Neoenergia, que ficaram sujeitas ao pagamento de um custo elevado e não previsto. Para contornar esse problema, o grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas (incluindo as geradoras do grupo), até que o mérito da questão seja apreciado pela justiça.  
Como consequência do período hidrológico desfavorável verificado durante os anos de 2012 e 2013, os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram o nível mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a elevar o nível de despacho das usinas térmicas. Essa situação, além de acarretar em pagamento de ESS para os agentes, elevou o valor do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, referência para a negociação de energia no mercado de curto prazo. Mais uma alteração regulatória foi a publicação da Portaria 455/12 pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A referida Portaria altera a sistemática de registro de contratos de compra e venda de energia, que deixa de ser realizada após o fechamento do mês em curso (ex-post) e passa a ser realizada ao final de cada semana de negociação (ex-ante). Os agentes do mercado, especialmente os comercializadores de energia, se assustaram com as mudanças não previstas.

A Portaria MME 455/12 possui pouca influência sobre a forma de comercialização da energia produzida pelos empreendimentos de geração do grupo Neoenergia. Estes empreendimentos possuem contratos firmados na modalidade bilateral ou por meio de CCEARs, onde o registro do contrato já foi estabelecido por todo o seu prazo de vigência.  
Para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, uma questão importante, foi a aprovação, através da publicação das Resoluções nº 490/12 e 553/13, que aprovaram, pela ANEEL, os Submódulos 9.2 e 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, respectivamente, o quais

### 12. BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (não auditada) - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1 - BASE DE CÁLCULO				2013 (R\$ mil)				2012 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL)	710.211			633.947							
Resultado Operacional (RO)	37.187			4.669							
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	691			754							
Valor Adicionado Total (VAT)	88.470			84.339							
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)				R\$ mil				R\$ mil			
		% sobre FPB	% sobre RL		% sobre FPB	% sobre RL		% sobre FPB	% sobre RL		% sobre RL
Encargos sociais compulsórios	-	-	0,04	250	33,16	0,04	0,30				
Saúde	34	4,86	0,01	32	4,18	0,01	0,04				
Segurança e saúde no trabalho	-	0,04	-	-	-	-	-				
Capacitação e desenvolvimento profissional	13	1,82	0,01	24	3,22	-	0,03				
Creches ou auxílio-creche	-	-	-	4	0,53	-	-				
Transporte	-	-	-	3	0,46	-	-				
Participação nos lucros ou resultados	51	7,38	0,01	0,06	70	9,28	0,01	0,08			
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>97</b>	<b>14,10</b>	<b>0,01</b>	<b>0,11</b>	<b>383</b>	<b>50,83</b>	<b>0,06</b>	<b>0,45</b>			
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				R\$ mil				R\$ mil			
		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RL
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	7.157	19,25	1,01	8,09	5.815	124,56	0,92	6,89			
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>7.157</b>	<b>19,25</b>	<b>1,01</b>	<b>8,09</b>	<b>5.815</b>	<b>124,56</b>	<b>0,92</b>	<b>6,89</b>			
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	32.618	87,71	4,59	36,87	24.494	524,65	3,86	29,04			
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>39.775</b>	<b>106,96</b>	<b>5,60</b>	<b>44,96</b>	<b>30.309</b>	<b>649,21</b>	<b>4,78</b>	<b>35,94</b>			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS				R\$ mil				R\$ mil			
		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RO	% sobre RL		% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	-	-	-	581	12,45	0,09	0,69			
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>581</b>	<b>12,45</b>	<b>0,09</b>	<b>0,69</b>			

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				2013				2012			
Nº de empregados(as) ao final do período	8			10							
Nº de admissões durante o período	2			1							
Nº de desligamentos durante o período	2			-							
Nº de estagiários(as) (1)	-			2							
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:	8			12							
de 18 a 35 anos	4			4							
de 36 a 60 anos	4			8							
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:	2			14							
com ensino médio	-			2							
com ensino superior	2			12							

definem a metodologia e os critérios gerais aplicáveis ao processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

### 5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A UTE Termopernambuco trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por 2 grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a 2 caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e posterior descarte da mesma, por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas é capaz de gerar uma potência elétrica de 532 MW médios. Durante o ano 2013 a UTE Termopernambuco esteve despachada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico. A geração bruta de 3.550 GWh em 2013 foi a maior de sua história, correspondendo a um aumento de 30% em relação à geração do ano de 2012.

No mês de abril foi realizada a parada programada para a inspeção de partes quentes (HPGI) da turbina a gás TG-1 e a manutenção menor (Minor Inspection) da turbina a vapor, conforme previsto nos planos de manutenção desses equipamentos. Durante essa parada foram também implantadas melhorias, como a modernização do sistema do sistema de regulação da temperatura dos by-passes de vapor e a substituição de radiadores dos transformadores principais.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Varição 2013/2012
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	664.329	748.616	12,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	633.941	710.211	12,0%
EBITDA (R\$ Mil)	81.432	78.224	(3,9%)
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	38.373	37.187	(3,1%)
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	(33.704)	(30.130)	10,6%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	(1.726)	5.687	429,5%
Ativo Total (R\$ Mil)	920.281	1.881.012	104,4%
Investimentos (R\$ Mil)	58.382	14.020	(76,6%)
Dívida Bruta (R\$ Mil)	429.254	1.126.763	162,5%
Dívida Líquida (R\$ Mil) *	404.024	571.075	41,3%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	404.669	409.175	1,1%

Indicadores Econômico-Financeiros	2012	2013	Varição (1,83) p.p.
Margem EBITDA	12,85%	11,01%	(0,82) p.p
Margem EBIT	6,05%	5,24%	(0,82) p.p
Margem Líquida	(0,27%)	0,80%	1,07 p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(2,42)	(2,60)	7,5%
Dívida Líquida/EBITDA**	4,96	7,30	47,1%
Índice de Endividamento Líquido	49,96%	58,26%	8,30 p.p.

Ações	2012	2013	Varição
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações)	1,54	1,56	1,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$)	(0,01)	0,02	(329,5%)
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ Milhões)	0,00	4,72	-

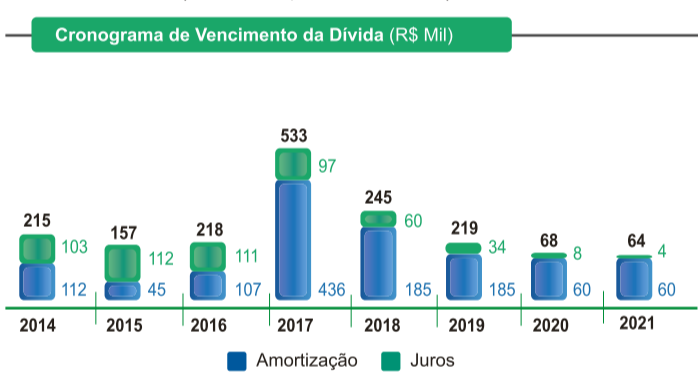
\* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
\*\* EBITDA 12 meses  
p.p - Pontos Percentuais  
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2012 Reapresentado	2013	Varição
Lucro Líquido	(1.726)	5.687	429,5%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	4.332	(406)	109,4%
Amortização de Agio e Reversão PMPL	43.059	41.037	(4,7%)
Receita Financeira	(10.699)	(7.777)	27,3%
Despesa Financeira	44.403	37.907	(14,6%)
Amortização / Depreciação	2.063	1.776	(13,9%)
<b>EBITDA</b>	<b>81.432</b>	<b>78.224</b>	<b>(3,9%)</b>

### 7. ENDIVIDAMENTO

#### 7.1. PERFIL DA DÍVIDA

De acordo com sua Política Financeira, a Termopernambuco permanentemente o alongamento e diversificação dos instrumentos financeiros. Em dezembro de 2013, a Termopernambuco contava com 90% da dívida contabilizada no longo prazo e 10% no curto prazo. Em dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada da Companhia foi R\$ 1,127 bilhão e dívida líquida de R\$ 571 milhões.



#### 7.2. CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO PERÍODO

Emissão	Série	Prazo	Data da Emissão	Amortização	Juros	Custo	Volume (R\$ Mil)
3ª Emissão	fev/13	Única	3 anos	2º e 3º anos	semestral	CDI + 0,57%	90.000
			4 anos	3º e 4º anos	semestral	CDI + 0,80%	124.500
4ª Emissão	dez/13	2	6 anos	4º, 5º e 6º anos	semestral	CDI + 0,95%	555.500
			8 anos	7º e 8º ano	anual	IPCA + 7,15%	120.000
<b>Total</b>							<b>890.000</b>

### 8. INVESTIMENTOS

Em 2013, a Termopernambuco investiu o valor total de R\$ 14 milhões no quais destacamos os principais itens: revisões de Partes Quentes (HGP) da turbina a gás 1, Minor Inspection da Turbina a Vapor, modificação das bombas da captação de água, modernização do sistema do sistema de regulação da temperatura dos by-passes de vapor, substituição de radiadores dos transformadores principais, projeto de Pintura e recuperação de estruturas.

### 9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2013 a Neoenergia investiu no desenvolvimento de 14 Projetos de P&D. Todos os projetos investidos cumprem a Resolução Normativa da ANEEL nº 316/2008 e Resolução Normativa nº 504/2012. Também esse ano foram solicitadas 03 (três) patentes resultantes dos projetos concluídos e foi realizado o V Encontro sobre Pesquisa e Desenvolvimento dos projetos da Termope em cooperação com outras empresas do Grupo.

A empresa faz parte do Grupo Neoenergia que reafirma constantemente seus compromissos socioambientais e seu respeito com o Meio Ambiente e o desenvolvimento Sustentável.

**Sustentabilidade**  
Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atitudes, sua missão: ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas. No Brasil, 91% da energia elétrica são provenientes de usinas hidrelétricas, que estão entre as fontes mais limpas de geração de energia. Podemos dizer que o Brasil ruma para a liderança global em termos de energias limpas e que, neste contexto, o Grupo Neoenergia dá uma importante parcela de contribuição. Até 2019, seus empreendimentos serão responsáveis pela geração de 2,5% da energia do Brasil, tornando um "player" de destaque na geração de energia de fonte renovável.

**Compromisso socioambiental**  
A preservação ambiental direciona a atuação do Grupo Neoenergia desde o planejamento de investimentos, obras e a execução dos projetos, incluindo a operação de seus diferentes negócios e a manutenção dos equipamentos. Todas as atividades são realizadas com respeito à legislação e de forma alinhada ao que determina o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado desde 2005. Pautado na busca pela excelência, o SGA integra várias ações empresariais a práticas socioambientais responsáveis, gerenciando o controle das licenças e condicionantes e assegurando a implantação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

**Inovação e Diversificação da Matriz**  
Com investimentos de R\$ 1,2 bilhão, a Força Eólica do Brasil, joint venture entre Neoenergia e Iberdrola, concluiu, em outubro de 2013, a construção do último de seus 10 parques eólicos na região Nordeste do Brasil. Juntos, estes parques têm capacidade instalada de 286MW, o suficiente para atender a 767 mil habitantes. A Neoenergia investe também, na geração de energia solar. Depois de inaugurar a primeira usina de geração solar fotovoltaica da América Latina em um estádio de futebol (Pituaçu), em Salvador, na Bahia, o grupo inaugurou, dentro da Itaipava Arena Pernambuco, um dos estádios-sede da Copa 2014, a Usina Solar São Lourenço da Mata, que tem potência instalada de 1 megawatt pico, equivalente ao consumo de seis mil habitantes. Na Ilha de Fernando de Noronha o grupo também está construindo duas usinas com parcerias distintas, que juntas terão 1000 kWp de potência instalada.

**Restauração da Mata Atlântica**  
O Grupo Neoenergia ainda é signatário do Pacto para a Restauração da Mata Atlântica, por meio do Energia Verde. Iniciado em 2009, o programa concede descontos para quem troca eletrodomésticos antigos por novos, com Selo Procel A de economia de energia. Em 2013, foram recuperados 121 hectares por meio do plantio de 156.863 mudas de diferentes espécies de Mata Atlântica.

**Educação, Cidadania e Desenvolvimento**  
Acreditando na educação como um agente de transformação da sociedade, o Grupo mantém uma parceria com o Instituto Senna desde 2006 para estimular ações de melhoria do desempenho de alunos da rede pública de ensino. As iniciativas atendem a escolas públicas dos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e já beneficiaram mais de 19 mil crianças e 350 educadores nos três estados. O Grupo também apoia, por meio de suas distribuidoras, iniciativas como Júnior Achievement (de empreendedorismo), contribuindo com a formação de mais de 9 mil alunos dos ensinos médio e fundamental. Por meio da Lei Rouanet, o Grupo Neoenergia também apoiou o projeto "Amigos do Bolshoi", cujo objetivo era realizar a inclusão cultural de três jovens de baixa renda de Salvador. Ainda na linha das leis de incentivo, o Grupo concluiu o projeto Vila da Rainha, para resgatar traços arqueológicos na região de suas pequenas centrais hidrelétricas, situadas entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

**Práticas de cumprimento do Pacto Global**  
A Neoenergia desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos em agosto de 2007, quando aderiu aos dez princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas nos temas Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. A empresa também é signatária dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que contribuem para a equidade e o desenvolvimento humano com ações que buscam a redução de males como a miséria, o preconceito racial, a mortalidade infantil por desnutrição e enfermidades e o analfabetismo.

### 10. GESTÃO DE PESSOAS



### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2013		2012		PASSIVO	Notas	2013		2012	
					(Reapresentado)						(Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	550.833	24.215			Fornecedores	11	65.092	64.417		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	122.197	128.752			Empréstimos e financiamentos	12	440	88.690		
Títulos e valores mobiliários	6	493	9			Debêntures	13	118.623	108.472		
Impostos e contribuições a recuperar	7	15.569	27.589			Salários e encargos a pagar		79	113		
Estoques		1.200	1.200			Taxas regulamentares	14	981	1.177		
Despesas pagas antecipadamente		6.393	4.153			Impostos e contribuições a recolher	15	2.972	8.019		
Outros ativos circulantes		444	498			Dividendos e juros sobre capital próprio	16	1.182	-		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>697.129</b>	<b>186.416</b>			Partes relacionadas	23	270.397	-		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Outros passivos circulantes		49	16		
Títulos e valores mobiliários	6	4.362	1.006			<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>459.815</b>	<b>270.904</b>		
Impostos e contribuições a recuperar	7	117	102			<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	1.571	2.946			Empréstimos e financiamentos	12	120.781	120.514		
Depósitos judiciais		3	-			Debêntures	13	886.919	111.578		
Outros ativos não circulantes		416	416			Taxas regulamentares	14	4.322	5.815		
Investimentos		504.298	828			Impostos e contribuições a recolher	15	-	-		
Investimentos em Partes relacionadas	9	503.748	-			Partes relacionadas	23	-	1.181		
Outros investimentos		550	828			<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.012.022</b>	<b>239.088</b>		
Imobilizado	10	673.044	722.946			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18				
Intangível		72	-			Capital social		214.570	214.570		
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.183.883</b>	<b>728.244</b>			Reservas de capital		105.383	105.383		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.881.012</b>	<b>914.660</b>			Reservas de lucro		85.675	84.715		
						Proposta de distribuição de dividendos adicional		3.547	-		
						<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>409.175</b>	<b>404.668</b>		
						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.881.012</b>	<b>914.660</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Especial de Ações	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>214.570</b>	<b>44.429</b>	<b>60.954</b>	<b>48.161</b>	<b>38.280</b>	-	<b>29.880</b>	<b>436.274</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.726)	-	(1.726)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(29.880)	(29.880)
Destinações:								
Reserva Legal	-	-	-	(1.726)	-	1.726	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>214.570</b>	<b>44.429</b>	<b>60.954</b>	<b>48.161</b>	<b>36.554</b>	-	-	<b>404.668</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.687	-	5.687
Destinações:								
Reserva Legal	-	-	-	285	-	(285)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	675	-	(675)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(4.727)	3.547	(1.180)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>214.570</b>	<b>44.429</b>	<b>60.954</b>	<b>48.836</b>	<b>36.839</b>	-	<b>3.547</b>	<b>409.175</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013		2012			2013		2012	
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>					<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>334.757</b>		<b>53.750</b>	
Prejuízo líquido do exercício (antes dos impostos)	7.057	4.669			<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>				
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					Aquisição de investimentos	(503.748)		-	
Depreciação e amortização	41.037	43.059			Alienação de bens do ativo permanente	20.961		-	
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	26.125	61.328			Aquisição de imobilizado	(13.864)		(58.192)	
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	23.084	-			Aquisição de intangível	(149)		-	
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(14.406)</b>	<b>(42.123)</b>			Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	(3.840)		1.209	
Contas a receber de clientes e outros	8.314	(1.381)			<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(500.640)</b>		<b>(56.983)</b>	
IR e CSLL a recuperar	3.688	15			<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	5.618	-			Captação de empréstimos e financiamentos	42.836		208.317	
Depósitos judiciais	(2.240)	9.525			Captação de debêntures	890.000		-	
Despesas pagas antecipadamente	-	34			Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(132.335)		(118.896)	
Partes relacionadas	54	(393)			Amortização do principal de debêntures	(108.000)		(96.000)	
Outros ativos	<b>1.028</b>	<b>(34.323)</b>			Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-		(35.953)	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>					<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>692.501</b>		<b>(42.532)</b>	
Fornecedores	675	4.660			<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>526.618</b>		<b>(45.765)</b>	
Salários e encargos a pagar	(34)	(22)			Caixa e equivalentes no início do exercício	24.215		69.980	
Encargos de dívidas e swap pagos	(21.112)	(24.528)			Caixa e equivalentes no final do exercício	550.833		24.215	
Taxas regulamentares	(1.689)	36			<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>526.618</b>		<b>(45.765)</b>	
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.529)	(2.599)							
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(9.135)	5.809							
Partes relacionadas	269.216	(4.339)							
Outros passivos	34	-							
<b>236.426</b>	<b>(20.983)</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Informações Gerais

A TERMOPEERNAMBUCO S.A. (Termope ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Ipojuca, Complexo Portuário de Suape, Estado de Pernambuco, tendo por objeto social (i) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços associados a esta atividade; (ii) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (iii) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a realização de seu objetivo social.

A Termelétrica iniciou operação comercial em 15 de maio de 2004, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12 de maio de 2004, com contratos de fornecimento de energia, firmados com as distribuidoras Coelba e Celpe nos montantes de 65 MW médios e 390 MW médios respectivamente, e de gás natural com a Copergás, tendo a Petrobrás como interveniente, no volume de 2.150.000 m³/dia. Face à indisponibilidade de gás natural em 2009, a UTE (Usina Termoeletrica) teve sua garantia física reduzida para 413 MW médios.

A Companhia possui a autorização, concedida pela Resolução ANEEL nº 553, de 15 de dezembro de 2000, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central termelétrica, denominada Termopernambuco, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco. Por meio do Despacho ANEEL nº 398, de 12 de maio de 2004, a Companhia teve suas unidades geradoras liberadas para início de sua operação comercial.

Capacidade	Data da	Data do
Geração	Instalada (MW)	Vencimento
TERMOPE	637,5	18/12/2000
		17/12/2030

No mês de abril foi realizada a parada programada para a inspeção de partes quentes da turbina a gás TG-1 e a manutenção menor (Minor Inspection) da turbina a vapor, conforme previsto nos planos de manutenção desses equipamentos. Durante essa parada foram também implantadas melhorias, como a modernização do sistema de regulação da temperatura dos by-passes de vapor e a substituição de radiadores dos transformadores principais. Nesse contexto, a TERMOPEERNAMBUCO S.A. ficou exposta ao mercado spot, gerando um aumento no custo de compra de energia elétrica motivada pela baixa geração de energia.

A administração entende que esse fato foi um assunto isolado e suas atividades operacionais já se encontram regularizadas.

Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu de 35,4% da Itapebi Geração de Energia S.A, sua Coligada no Grupo Neoenergia, com a aquisição das ações do BB - Banco de Investimentos S.A. (19,0%) e da PREVI - Caixa de Previdência do Banco do Brasil (16,4%), não obtendo o controle da empresa que permanece com a Neoenergia S.A. que detém 42,2% das ações.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

#### 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

##### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

##### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

##### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

##### 2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota 18).

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	19	<b>710.211</b>	<b>633.941</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	20	<b>(667.303)</b>	<b>(590.329)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>42.908</b>	<b>43.612</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(5.721)	(5.239)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>37.187</b>	<b>38.373</b>
Receitas financeiras	21	7.777	10.699
Despesas financeiras	21	(37.907)	(44.403)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>7.057</b>	<b>4.669</b>
Imposto de renda e contribuição social		(1.370)	(6.395)
Corrente		1	(4.670)
Diferido		405	338
Amortização ágio e reversão PMIPL		(1.776)	(2.063)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.687</b>	<b>(1.726)</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$		0,02	-0,01

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	748.616	664.329
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	(3.398)	-
<b>745.218</b>	<b>664.329</b>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(234.149)	(254.728)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(34.155)	(38.289)
Matérias-primas consumidas	(275.297)	(203.190)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(79.887)	(51.423)
<b>(623.488)</b>	<b>(547.630)</b>	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>121.730</b>	<b>116.699</b>
Depreciação e amortização	(41.037)	(43.059)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>80.693</b>	<b>73.640</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	7.777	10.699
<b>7.777</b>	<b></b>	



## b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos e debêntures. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

### b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### • Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

#### b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

#### 2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

#### 2.10. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

#### 2.11. Investimentos societários

Os investimentos em controladas em conjunto e coligadas, nas quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

#### 2.12. Outros Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e/ou quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### 2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

#### 2.14. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

#### 2.15. Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### 2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

#### 2.17. Taxas regulamentares

a) **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL às empresas, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a geração de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

#### 2.18. Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

#### 2.19. Distribuições de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

#### 2.20. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

#### 2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores monetários ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

#### 2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

#### 2.23. Reapresentação de cifras comparativas

Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos períodos apresentados estão demonstrados a seguir:

(a) Reclassificação de títulos e valores mobiliários do circulante para o não circulante, pois parte do saldo tinha vencimento superior a 360 dias.

(b) Saldo de depósitos judiciais do ativo não circulante, referente ao IRRF sobre prestação de serviço que estava retido até que fosse decidido se deveria ser recolhido aos cofres públicos. Valor reclassificado para o passivo não circulante para melhor apresentação do saldo devedor do IRRF.

	31 de dezembro de 2012			
	Como apresentado			
	Anteriormente	Ajustes		
	(a)	(b)	Reapresentado	
Ativo circulante	187.422	(1.006)	-	186.416
Ativo não circulante	732.859	1.006	(5.621)	728.244
<b>Total do ativo</b>	<b>920.281</b>	<b>-</b>	<b>(5.621)</b>	<b>914.660</b>
Passivo circulante	270.904	-	-	270.904
Passivo não circulante	244.709	-	(5.621)	239.088
Patrimônio líquido	404.668	-	-	404.668
<b>Total do passivo</b>	<b>920.281</b>	<b>-</b>	<b>(5.621)</b>	<b>914.660</b>

#### 2.24. Novos Pronunciamentos Contábeis

##### 2.24.1. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

##### Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:	Norma	Assunto
IFRIC 21		"Taxas"
IFRS 9		"Instrumentos Financeiros"

## 3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### 3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

#### a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	58	29
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	550.775	24.186
	<b>550.833</b>	<b>24.215</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

## 5 Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Comercialização de energia na CCEE	(a)	21.328	-
Partes relacionadas (Nota 22)	(b)	100.869	128.752
<b>Total</b>		<b>122.197</b>	<b>128.752</b>

(a) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE, foi recebido em 09 de janeiro de 2014.

(b) Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia no montante de 390 MWh com a CELPE e 65 MWh com a COELBA, com vigência até 2023. De acordo com os contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a CELPE e COELBA, a demanda contratada será diretamente proporcional ao número de horas do mês. Não existem saldos vencidos sendo o seu vencimento até final de janeiro/2014.

## 6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014			
			20/04/2017	CDI	4.855	1.015
<b>Total</b>					<b>4.855</b>	<b>1.015</b>
Circulante					493	9
Não circulante					4.362	1.006
(a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, sendo o primeiro vencimento em junho de 2014 e o último em abril de 2017.						

## 7 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	11.391	15.477
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	3.434	7.665
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	10
Programa de Integração Social - PIS	(b)	227	42
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	514	4.393
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1	1
Imposto sobre Serviços - ISS		2	1
		<b>15.569</b>	<b>27.589</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		117	102
		<b>117</b>	<b>102</b>
<b>Total</b>		<b>15.686</b>	<b>27.691</b>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Crédito decorrente dos pagamentos de PIS/COFINS em virtude de diferenças apuradas nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 no montante de R\$ 741. No exercício de 2013, foram baixados créditos de COFINS no montante de R\$ 3.881 tendo em vista a não recuperabilidade dos mesmos.

## 8 Tributos e Contribuições Sociais Correntes e Diferidos

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(7.959)	(8.365)
Diferido ativo		23.121	20.324
Diferido passivo		(31.080)	(28.689)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	9.530	11.311
<b>Total</b>		<b>1.571</b>	<b>2.946</b>

#### a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Passivo (-)			
	31/12/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	28.919	7.230	13.701	3.425
Diferenças temporárias	(50.023)	(12.506)	(37.169)	(9.292)
	<b>(21.104)</b>	<b>(5.276)</b>	<b>(23.468)</b>	<b>(5.867)</b>
<b>Contribuição Social</b>				
Base negativa	29.197	2.628	13.701	1.233
Diferenças temporárias	(59.016)	(5.311)	(41.455)	(3.731)
	<b>(29.819)</b>	<b>(2.683)</b>	<b>(27.754)</b>	<b>(2.498)</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(7.959)</b>	<b>-</b>	<b>(8.365)</b>

a) Base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/13			31/12/12		
	IR	CSLL		IR	CSLL	
Ativo						
Provisão PLR	-	-	161	-	-	161
Prejuízo fiscal	28.919	29.197	13.701	13.701		
Ajustes RTT						
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	32.397	32.397	42.763	42.763		
Outros ajustes de RTT	8.993	-	4.286	-		
<b>Total Ativo</b>	<b>70.309</b>	<b>61.594</b>	<b>60.911</b>	<b>56.625</b>		
Passivo (-)						
Ajustes RTT						
Ajuste da quota anual de amortização	(91.413)	(91.413)	(84.379)	(84.379)		
<b>Total Passivo</b>	<b>(91.413)</b>	<b>(91.413)</b>	<b>(84.379)</b>	<b>(84.379)</b>		
<b>Total Líquido</b>	<b>(21.104)</b>	<b>(29.819)</b>	<b>(23.468)</b>	<b>(27.754)</b>		

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2013 e 2012.



Ref.	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.057	7.057	4.669	4.669
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.776)	(1.776)	(2.063)	(2.063)
Ajustes decorrentes do RTT	(a) (12.693)	(17.400)	(12.712)	(12.712)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT</b>	<b>(7.412)</b>	<b>(12.119)</b>	<b>(10.106)</b>	<b>(10.106)</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%



## 11 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>	31.876	29.247
Energia elétrica:		
Terceiros	31.876	11.038
Partes relacionadas (Nota 22)	-	18.209
Encargos de uso da rede	3.093	3.884
Terceiros	3.085	3.879
Partes relacionadas (Nota 22)	8	5
Materiais e serviços	30.123	31.286
Terceiros	28.756	31.286
Partes relacionadas (Nota 22)	1.367	-
<b>Total</b>	<b>65.092</b>	<b>64.417</b>
Circulante	65.092	64.417

## 12 Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	31/12/13	31/12/12		
<b>Moeda nacional</b>							
Santander	7,50% a.a.	-	-	-	-	88.317	-
						<b>88.317</b>	
<b>Total moeda nacional</b>						<b>88.317</b>	
<b>Moeda estrangeira</b>							
Banco Tokio	110% do CDI	440	137.463	137.903	120.285		
Operações com swap		-	(16.682)	(16.682)	602		
		<b>440</b>	<b>120.781</b>	<b>121.221</b>	<b>120.887</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>440</b>	<b>120.781</b>	<b>121.221</b>	<b>120.887</b>		
<b>Total</b>		<b>440</b>	<b>120.781</b>	<b>121.221</b>	<b>209.204</b>		

Em 03 de janeiro de 2013 e 14 de janeiro de 2013, a Termopernambuco realizou cessão de créditos referente aos recebíveis dos seus contratos de compra e venda de energia com Celpe e Coelba com o Banco Santander. As operações foram nos montantes de R\$ 28.034 e R\$ 14.802, respectivamente, a uma taxa de desconto de 7,5% ao ano. Os pagamentos ocorreram em março/2013.

Em 21 de maio de 2012, a Companhia realizou captação de recursos no montante de R\$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em dólar junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão programadas para 2017 conforme apresentado abaixo:

	31/12/13	31/12/12
2017	120.781	120.514

A mutação de empréstimos e financiamentos, está como segue:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>28.726</b>	<b>53.315</b>	-	-	<b>82.041</b>
Ingressos	88.317	-	-	120.000	208.317
Encargos	6.223	-	2.181	-	8.404
Varição monetária e cambial	-	-	13	(88)	(75)
Swap	-	-	-	602	602
Transferências	79.735	(79.735)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(117.075)	-	(1.821)	-	(118.896)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	26.420	-	-	26.420
(-) Custos de transação	2.391	-	-	-	2.391
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>88.317</b>	<b>373</b>	<b>120.514</b>	<b>209.204</b>	
Ingressos	42.836	-	-	-	42.836
Encargos	1.182	-	4.004	-	5.186
Varição monetária e cambial	-	-	101	17.551	17.652
Swap	-	-	-	(17.284)	(17.284)
Amortizações e pagamentos de juros	(132.335)	-	(4.038)	-	(136.373)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>440</b>	<b>120.781</b>	<b>121.221</b>

## 13 Debêntures e Encargos

Debêntures	Série	de títulos	Remuneração	Encargos		Principal		Total
				Circulante	Não Circulante	31/12/13	31/12/12	
2ª emissão	1ª	40.000	CDI + 0,5% a.a.	657	112.000	-	112.657	220.879
(-) Custos de transação				(422)	-	-	(422)	(829)
				<b>235</b>	<b>112.000</b>	-	<b>112.235</b>	<b>220.050</b>
3ª emissão	3ª	9.000	CDI + 0,57% a.a.	2.963	-	90.000	92.963	-
(-) Custos de transação				-	-	(249)	(249)	-
				<b>2.963</b>	<b>-</b>	<b>89.751</b>	<b>92.714</b>	<b>-</b>
4ª emissão	1ª	12.450	CDI + 0,8% a.a.	501	-	124.500	125.001	-
(-) Custos de transação				-	-	(441)	(441)	-
				<b>501</b>	<b>-</b>	<b>124.059</b>	<b>124.560</b>	<b>-</b>
4ª emissão	2ª	55.550	CDI + 0,95% a.a.	2.270	-	555.500	557.770	-
(-) Custos de transação				-	-	(1.966)	(1.966)	-
				<b>2.270</b>	<b>-</b>	<b>553.534</b>	<b>555.804</b>	<b>-</b>
4ª emissão	3ª	12.000	IPCA + 7,15% a.a.	654	-	120.000	120.654	-
(-) Custos de transação				-	-	(425)	(425)	-
				<b>654</b>	<b>-</b>	<b>119.575</b>	<b>120.229</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>				<b>6.623</b>	<b>112.000</b>	<b>886.919</b>	<b>1.005.542</b>	<b>220.050</b>

A Companhia emitiu, em 08 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em série única no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2007/045. As debêntures terão vencimento em 08 de outubro de 2014. A destinação de recurso foi, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão. Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R\$ 10, totalizando o volume de R\$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga em 29 de fevereiro de 2016. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

Em 15 de dezembro de 2013, a Companhia realizou sua 4ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória. As Debêntures, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, tiveram como destinação o financiamento da aquisição, pela Emissora, de parte das ações representativas do capital social da Itapebi Geração de Energia S.A. e o saldo remanescente foi destinado para capital de giro da Emissora. Foram emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures em três séries, sendo 12.450 (doze mil, quatrocentas e cinquenta) Debêntures da 1ª Série com remuneração de CDI + 0,80% ao ano, 55.550 (cinquenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta) Debêntures da 2ª Série, com remuneração de CDI + 0,95% ao ano e 12.000 (doze mil) Debêntures da 3ª Série com remuneração de IPCA + 7,15% ao ano, conforme definido por meio do Procedimento de Bookbuilding, totalizando R\$ 800 milhões. A alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes. A 1ª série tem prazo total de 4 (quatro) anos, sendo o pagamento de juros semestrais e a amortização do principal nos 3º e 4º anos. A 2ª série tem prazo total de 6 (seis) anos, sendo o pagamento de juros semestrais e a amortização do principal nos 4º, 5º e 6º anos. A 3ª série tem prazo total de 8 (oito) anos, sendo o pagamento de juros anuais e a amortização do principal nos 7º e 8º anos.

Garantias: A 2ª emissão de debêntures é subordinada e com garantia fidejussória da Fiadora Neoenergia S.A, que se obriga pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

As 3ª e 4ª emissões de debêntures são de espécie quirográfrica com garantia adicional fidejussória da Fiadora Neoenergia S.A, que se obriga pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	-	-	-	112.000	(422)	111.578
2015	45.000	(125)	44.875	-	-	-
2016	107.250	(345)	106.905	-	-	-
2017	247.416	(875)	246.541	-	-	-
2018	185.167	(656)	184.511	-	-	-
2019	185.167	(656)	184.511	-	-	-
Após 2019	120.000	(424)	119.576	-	-	-
<b>Total</b>	<b>890.000</b>	<b>(3.081)</b>	<b>886.919</b>	<b>112.000</b>	<b>(422)</b>	<b>111.578</b>

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>97.830</b>	<b>219.171</b>	<b>317.001</b>
Encargos	23.231	-	23.231
Transferências	107.593	(107.593)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(120.528)	-	(120.528)
(-) Custos de transação	346	-	346
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>108.472</b>	<b>111.578</b>	<b>220.050</b>
Ingressos	-	890.000	890.000
Encargos	26.665	-	26.665
Transferências	112.000	(112.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(125.074)	-	(125.074)
(-) Custos de transação	(3.440)	(2.659)	(6.099)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>118.623</b>	<b>886.919</b>	<b>1.005.542</b>

## 14 Taxas Regulamentares

	31/12/13	31/12/12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	706	805
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.322	5.853
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	24	31
Ministério de Minas e Energia - MME	251	303
<b>Total</b>	<b>5.303</b>	<b>6.992</b>
Circulante	981	1.177
Não circulante	4.322	5.815

## 15 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		188	106
Programa de Integração Social - PIS		382	989
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a)		1.977	6.655
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		31	6
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		46	1
Imposto sobre Serviços - ISS		40	38
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte - IRRF		60	52
Outros		248	172
<b>Total</b>		<b>2.972</b>	<b>8.019</b>

(a) A redução do saldo está relacionada à compensação dos valores pendentes referente aos meses de setembro, novembro e dezembro de 2012.

## 16 Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>		
Ações ordinárias	262.594	262.594
<b>Total</b>	<b>262.594</b>	<b>262.594</b>
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	5.687	(1.726)
Incentivo fiscal SUDENE	(675)	-
Constituição da reserva legal	(285)	-
Base de cálculo do dividendo	4.727	(1.726)
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>1.182</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>		
Dividendos Propostos	4.727	-
<b>Total Bruto</b>	<b>4.727</b>	<b>-</b>

A formação dos saldos é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>6.073</b>	
Declarados	29.880	
Pagos no período	(35.953)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	31/12/13	31/12/12
Dividendos mínimos obrigatórios	1.182	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.182</b>	<b>-</b>

## 17 Provisões Passivas

Atualmente, a Companhia está exposta a contingências de natureza fiscal e cível decorrentes do curso normal de seus negócios. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve provisão para contingências de risco provável.

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que o risco de perda é possível. As contingências que apresentam esta probabilidade estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	31/12/13	31/12/12
IRPJ / CSLL	(a)	42.653	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
IRPJ	(b)	6.305	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
IRPJ	(c)	15.123	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
IRPJ / CSLL	(d)	7.561	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
IRPJ	(e)	2.939	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
PIS/COFINS	(f)	2.841	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Outros	(g)	1.959	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
<b>Total</b>		<b>79.381</b>			-	-	-

(a) Auto de Infração que visa a cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes da dedução supostamente indevida de despesas de amortização de ágio, que resultou na redução dos resultados tributáveis nos anos-calendário de 2005 a 2008 e consequentemente na suposta falta de pagamento de IRPJ e da CSLL mensal por estimativa nos anos-calendário 2005 a 2008, razão pela qual foi aplicada a multa de 50% sobre tais valores supostamente devidos.

(b) Auto de infração lavrado em 28 de março de 2007 pela Secretaria da Receita Federal aplicando multa isolada no valor de R\$ 6.305 pelo fato da não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio declarados pela Companhia nos anos de 2004 e 2005.

(c) Auto de Infração lavrado para cobrança de Multa Isolada de 75% relativa à suposta falta de retenção ou recolhimento do IR/Fonte incidente sobre os valores pagos à Neoenergia S.A., nos anos de 2006 a 2009, a título de juros sobre capital próprio.

(d) Execução Fiscal, referente à cobrança de valores de IRPJ e CSLL, sobre a adição do valor de P&D na base de cálculo destes impostos no valor de R\$ 7.561.

(e) Contingências Fiscais decorrentes de compensações (PERDCOMP) não homologadas no valor de R\$ 2.939.

(f) Contingências Fiscais decorrentes de compensações (PERDCOMP) não homologadas no valor de R\$ 2.841.

(g) Trata-se de medida cautelar com pedido de antecipação de tutela para emissão da CND no valor de R\$ 1.959.

A Companhia possui também contingência fiscal classificada como possível referente a um Mandado de Segurança, visando o reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante de continuar a recolher a contribuição ao PIS e a COFINS sob regime da cumulatividade (Lei nº 9.718/98), com a incidência das alíquotas de 0,65% para o P



### Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários - Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

√ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundária da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

√ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - é um item objeto de *hedge*, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

√ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam composto ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando *swap* dólar para CDI, conforme descrito a seguir:

√ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

Descrição	Contra- parte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor a receber/ a pagar							
					Moeda Estrangeira		Moeda Local			Valor Justo						
					31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12								
Contratos de swaps:																
<b>Termopernambuco</b>																
Swap																
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014/ USD +3,20% 2015 a 2017	USD	USD	58.680	58.680	137.903	120.285	136.395	121.340				
Passiva				110% CDI	USD	USD	120.000	120.000	121.221	120.887	121.221	120.887				
							16.682	(602)	15.174	453	14.721	16.682	(602)	15.174	453	14.721

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Contra- Data dos Contratos Data de Vencimento Posição Valor a receber/ a pagar

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os ativos possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, os quais são as dívidas com *hedge*, a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F, utilizando como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do *swap* contratado.

Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do *swap* reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>122.197</b>	<b>122.197</b>	<b>128.752</b>	<b>128.752</b>
Contas a receber de clientes e outros	122.197	122.197	128.752	128.752
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>555.688</b>	<b>555.688</b>	<b>25.230</b>	<b>25.230</b>
Caixa e equivalentes de caixa	550.833	550.833	24.215	24.215
Títulos e valores mobiliários	4.855	4.855	1.015	1.015
<b>Passivo financeiro (Circulante/Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>1.070.634</b>	<b>1.067.457</b>	<b>373.157</b>	<b>373.159</b>
Fornecedores	65.092	65.092	64.417	64.417
Empréstimos e financiamentos	-	-	88.690	88.690
Debêntures *	1.005.542	1.002.365	220.050	220.052
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>121.221</b>	<b>121.221</b>	<b>121.116</b>	<b>121.942</b>
Empréstimos e financiamentos	137.903	136.395	120.514	121.340
Derivativos não designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	(16.682)	(15.174)	602	602

(\* ) Valor de Mercado é meramente informativo

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Ativos	31/12/13		Total
	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Mantidos para negociação</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	58	550.775	550.833
Títulos e valores mobiliários	4.855	-	4.855
<b>Passivos</b>			
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Outros Passivos financeiros</b>			
Derivativos não designados como <i>hedge</i>	-	(121.221)	(121.221)
Moeda estrangeira	-	(121.221)	(121.221)
	<b>4.913</b>	<b>429.554</b>	<b>434.467</b>

### Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2013, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 16.682.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário		
					Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
					Dólar (\$)	Alto do	Dólar
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alto do	2,3426	(137.903)	(9.530)	(11.913)	(14.295)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar	2,3426	137.903	9.530	11.913	14.295	
<b>Exposição Líquida</b>							

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As debêntures emitidas pela Companhia (com exceção a 3ª série da 4ª emissão) são atreladas ao CDI, que é considerada a taxa de juros do mercado. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente estas taxas com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras e emissões de debêntures atreladas ao CDI. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía *swaps* para cobertura das dívidas em moeda estrangeira indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Termopernambuco S.A.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014

Alejandro Roman Arroyo <b>Diretor-Presidente</b>	Lady Batista de Moraes <b>Diretora de Gestão de Pessoas</b>
Erik da Costa Breyer <b>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</b>	Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta <b>Diretora de Planejamento e Controle</b>
	José Eduardo Pinheiro Santos Tanure <b>Diretor de Regulação</b>

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Termopernambuco S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2013.

Marco Geovanne Tobias da Silva

**Presidente**

José Maurício Pereira Coelho

Mário José-Ruíz Tagle Larrain (suplente)

Solange Maria Pinto Ribeiro

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo  
**Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor de Regulação**

Lady Batista de Moraes  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta  
**Diretora de Planejamento e Controle**

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva  
**Presidente**

Gonzalo Pérez Fernández  
**Vice-Presidente**

**Titulares**  
Jose Maurício Pereira Coelho  
Solange Maria Pinto Ribeiro

**Suplentes**  
Jorge Luiz Pacheco  
Mário José Ruiz-Tagle Larrain  
André Luis Dantas Furtado  
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

### CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares - CRC/RJ - 092.950/0-5

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**Termopernambuco S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. ("Termope" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário		
					Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	555.629	45.1		